

Endereço: Rua do Grémio Lusitano n.º 25

Local: Palácio Maçónico

Descritivo: Situado em pleno coração da cidade de Lisboa, no cimo de uma colina, junto ao Miradouro de S. Pedro de Alcântara, um dos mais apreciados da capital, ergue-se o Palácio Maçónico, cujo museu permanece até hoje. A sua história prende-se também com a das mulheres, pois terá sido nesse templo que se deu a iniciação das feministas republicanas. Mas, detenhamo-nos um pouco na história mais recuada a que remonta o Professor Oliveira Marques. Este eminente historiador, ao relembrar os primórdios da entrada feminina na Maçonaria em *Vénus Maçona*, apontara meados do século XVIII para este evento. Mais adianta, referindo o modo como se terá processado essa entrada, numa fase inicial, através da criação de sociedades para-maçónicas,

tanto femininas como andróginas, copiando, com maior ou menor fidelidade, as lendas e os rituais próprios das Maçonarias masculinas. No seio delas, as mulheres habituavam-se a comportamentos de tipo maçónico, obrigando-se a praticar uma disciplina e a aceitar uma igualdade que, em última análise, favoreciam o convívio harmonioso entre os mais variados seres humanos, a fraternidade enfim, objectivo último de qualquer Maçonaria. Assim sucedeu, para darmos somente dois exemplos, com a Sociedade da Rosa, introduzida em Portugal pela marquesa de Alorna, e com a chamada Maçonaria de Adopção, muito mais próxima da ortodoxia maçónica, surgida entre nós em meados do século XIX. Outro meio utilizado foi a entrada, pura e simples, de algumas mulheres em lojas regulares masculinas, com os mesmos direitos e deveres dos seus “irmãos”. Embora muito mais rara, esta prática ocorreu com a Viscondessa de Juromenha e a sua ligação ao Grande Oriente Lusitano (1814) e com Gertrudes Magna dos Santos, com o grau 30 e obreira regular do Capítulo Franco-Lusitano (1889) em obediência ao Grande Oriente Espanhol.¹

Assistimos, sobretudo ao longo da primeira década de 1900, com particular incidência nos anos de 1906 e 1907, à iniciação daquelas que viriam a distinguir-se como líderes da primeira vaga do feminismo português, sob os auspícios do Grande Oriente Lusitano Unido. De facto, Carolina Beatriz Ângelo, adoptando o nome simbólico, Lígia, Ana de Castro Osório, o de Leonor da Fonseca Pimentel, Adelaide Cabete, o de Louise Michel, e Maria Veleda, o de Angústias, integram o grupo mais proeminente, nesta fase em que será difícil dissociar a actividade política e maçónica destas feministas da sua luta pela implantação da República. Sabemos até que Carolina Beatriz Ângelo e Adelaide Cabete foram depositárias da confiança de seus pares revolucionários a quem estes confiaram o segredo da conspiração republicana. Assim, Carolina e Adelaide coseram as primeiras bandeiras republicanas, que haveriam de ser desfraldadas, após a vitória da revolução, ondulando as cores verde e rubra que até hoje permanecem como símbolo nacional. A esse propósito o texto assinado por Cabete, em 1920, no *Notícias do Norte*², é esclarecedor. Apesar de Marques da Costa³ referir que as duas feministas haviam sido

¹ Oliveira Marques, A. H., *Vénus Maçona*, Coimbra, Coimbra Editora Lda, 1986, p. 5.

² Cabete, Adelaide, “1910” in *Notícias do Norte*, Braga, 1920, p. 3.

³ Costa, Fernando Marques da, *A Maçonaria Feminina*, Lisboa: Editorial Vega.

encarregadas pelo Dr. Miguel Bombarda de fazer as bandeiras vermelhas e verdes (como, aliás, Ana de Castro Osório⁴ referira anteriormente), ao celebrar o décimo aniversário da revolução, Adelaide afirma de modo categórico terem sido incumbidas da tarefa por José Castro. Este maçom, natural de Valhelhas, à época, estava em exercício, na qualidade de Grão-Mestre e substituindo Magalhães Lima, que se encontrava em Inglaterra, a negociar a margem de apoio ao vindouro regime republicano, que pretendiam implantar no país.

A actuação das feministas republicanas nas lutas contra a Monarquia e pela emancipação social impulsionou, dentro da Maçonaria também, a defesa da igualdade de direitos entre mulheres e homens, o que levou à criação de «lojas femininas independentes, com representação própria em todas as instâncias do poder electivo. A maçonaria feminina adianta-se assim 38 anos às primeiras lojas femininas independentes formadas apenas no pós 2ª Grande Guerra»⁵. Porém, e após sete anos de exercício de igualdade de direitos e de intensa polémica em que a Loja Humanidade⁶ teve um papel fundamental, as lojas femininas passam à subalternidade com o estatuto de adoptadas, em 1914. Em 1923, Adelaide Cabete decide, após os avanços e recuos experimentados, enveredar pelo recurso à criação da secção portuguesa da Maçonaria Mista – Le Droit Humain - tendo obtido permissão para ser instalada a Loja Humanidade n.º 776, onde pôde, a partir de 24 de Maio desse ano, filiar e iniciar, tanto mulheres como homens. Seu sobrinho, Arnaldo Brasão, advogado e feminista, foi, digamos, a pedra de toque para que pudessem concorrer a esse novo estatuto, culminando deste modo aquela que havia sido a batalha que ambos empreenderam toda uma vida. Actualmente existem as seguintes obediências que integram obreiras:

Ordem Maçónica Mista Internacional «Le Droit Humain», «O Direito Humano»⁷, e a Grande Loja Feminina de Portugal (GLF).

A 1.ª Loja maçónica feminina foi fundada em 1983, na dependência da Grande Loja Feminina de França (GLFF), vindo em 1997 a constituir-se a Grande Loja Feminina de Portugal (GLFP)⁸.

Informações Adicionais: o Museu Maçónico Português encontra-se aberto ao público de Segunda a Sexta-Feira, das 14:30 às 17:30 horas. Telefone: 213424506

email: museu@gremiolusitano.eu

Texto: IL

⁴ Osório, Ana de Castro, *Resposta a uma consulta*, Lisboa, Pap. e Tip. Assis, 1914, p. 11.

⁵ Costa, Fernando Marques da, *op.cit.*, pp.50-51.

⁶ A Loja Humanidade saiu do GOLU nessa altura, regressando em 1920.

⁷ Em Portugal, o Direito Humano existe desde 1923 (Loja da Humanidade), embora tenha estado «adormecida» durante os anos do Estado Novo, face às perseguições de que foi alvo. Esta obediência ressurgiria em 1980, através de um conjunto de membros que foram iniciados(as), constituindo então uma Loja que denominaram por Humanidade, em homenagem à que tinha existido na I República.

⁸ <http://www.glfp.pt/glfp/glfp.htm> “9 de Agosto de 2010”.